



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

241

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000475-88.2008.8.17.0110 (331633-8)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IGUARACI

AGRAVADO: BANCO HONDA S.A. E OUTROS

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: APELAÇÃO. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO. QUESTÃO PACIFICADA PELO STF POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RE 592.905/SC. O SERVIÇO OCORRE NO LOCAL ONDE SE TOMA A DECISÃO ACERCA DA APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO, ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO, ONDE SE SITUA A DIREÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO. O FATO GERADOR NÃO SE CONFUNDE COM A VENDA DO BEM OBJETO DO LEASING FINANCEIRO, JÁ QUE O NÚCLEO DO SERVIÇO PRESTADO É O FINANCIAMENTO. IRRELEVANTE O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO BEM OU DE OUTRAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E AUXILIARES À PERFECTIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA, A QUAL SÓ OCORRE EFETIVAMENTE COM A APROVAÇÃO DA PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO APELANTE. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO FISCAL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de

9



212

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 23 de maio de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



243

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000475-88.2008.8.17.0110 331633-8

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IGUARACI

AGRAVADO: BANCO HONDA S.A. E OUTROS

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de agravo legal interposto contra a decisão terminativa (fls. 219/224) da minha lavra que, constatando a harmonia da sentença lançada na Execução Fiscal com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal, negou seguimento à apelação.

Em suas razões, repete o agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 164/180), relatados na decisão ora atacada, para que dê seguimento ao apelo e mantenha a integral exigibilidade do Executivo Fiscal.

VOTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente Recurso de Agravo, passando a analisá-lo.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:

DECISÃO TERMINATIVA

EMENTA: APELAÇÃO. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO. QUESTÃO PACIFICADA PELO STF POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RE 592.905/SC. O SERVIÇO OCORRE NO LOCAL ONDE SE TOMA A DECISÃO ACERCA DA APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO, ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO, ONDE SE SITUA A DIREÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO. O FATO GERADOR NÃO SE CONFUNDE COM A VENDA DO BEM OBJETO DO LEASING FINANCEIRO, JÁ QUE O NÚCLEO DO SERVIÇO PRESTADO É O FINANCIAMENTO. IRRELEVANTE O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO BEM OU DE OUTRAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E AUXILIARES À PERFECTIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA, A QUAL SÓ OCORRE EFETIVAMENTE COM A APROVAÇÃO DA PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO



244

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

**APELANTE. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO FISCAL.
APELAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.**

Cuida-se de apelação cível em face da sentença que julgou extinta a execução fiscal sem resolução do mérito por ilegitimidade ativa da parte exequente.

Em suas razões recursais, de fls. 164/180, o apelante alega que a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quanto às operações de leasing, não estão abarcadas pela decisão proferida no Recurso Especial nº 1060210, que entendeu que o serviço ocorre no local onde se toma a decisão acerca da aprovação do financiamento, ou seja, na sede da Direção Geral da Instituição.

Alega, ainda, que, por se tratar de lançamento por homologação a base de cálculo e o preço do serviço são aqueles declarados pelo contribuinte, não havendo discussão quanto ao sujeito ativo ou passivo, porque o contribuinte declara o seu endereço como sendo o do município onde reside.

No que concerne aos honorários e custas processuais, deve prevalecer o princípio da causalidade, ou seja, responde por eles a parte que deu causa à instauração do processo.

Contrarrazões de fls. 186/208.

Em sede de preliminar, argui a impossibilidade de conhecimento do Recurso de Apelação pela inobservância do princípio da dialeticidade, ou seja, não se atacou o entendimento que motivou a decisão do Juízo singular.

No mérito, diz que a matéria está afeta ao que foi decidido no Recurso Especial nº 1060210/SC, pois o egrégio Superior Tribunal de Justiça analisou a regra matriz de incidência do ISSQN sobre as operações de leasing, não merecendo a sentença qualquer reforma.

É o que importar relatar.

Decido.

O recurso é tempestivo e está suficientemente instruído.

Passo à análise da preliminar de impossibilidade de conhecimento do Recurso de



245

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Apelação pela inobservância do princípio da dialeticidade.

Este princípio impõe ao recorrente que indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer novo julgamento.

Na hipótese, tenho que o apelante indicou os motivos de fato e de direito para justificar sua insurgência à decisão a quo, expondo de forma clara suas razões recursais.

Rejeito, pois, a preliminar.

Adentro ao mérito.

Cuida-se de execução fiscal fundada em cobrança de ISS nas operações de leasing referenciadas pela municipalidade exequente/apelante.

O Egrégio STJ firmou posicionamento em sede de recurso repetitivo, em consonância com o disposto no art. 543-C, do CPC, que a legitimidade para o mencionado lançamento tributário é do município onde está sediado o centro de tomada de decisões do agente financiador, e não simplesmente do ente federativo no qual se localiza a agência ou filial onde o particular realizar meros procedimentos acessórios, como no caso do apelante.

Confira-se a ementa abaixo:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO. QUESTÃO PACIFICADA PELO STF POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RE 592.905/SC, REL. MIN. EROS GRAU, DJE 05.03.2010. SUJEITO ATIVO DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA NA VIGÊNCIA DO DL 406/68: MUNICÍPIO DA SEDE DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR. APÓS A LEI 116/03: LUGAR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LEASING. CONTRATO COMPLEXO. A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO É O NÚCLEO DO SERVIÇO NA OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO, À LUZ DO ENTENDIMENTO DO STF. O SERVIÇO OCORRE NO LOCAL ONDE SE TOMA A DECISÃO ACERCA DA APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO, ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO, ONDE SE SITUA A DIREÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO. O FATO GERADOR NÃO SE CONFUNDE COM A VENDA DO BEM OBJETO DO LEASING FINANCEIRO, JÁ QUE O NÚCLEO DO SERVIÇO PRESTADO É O FINANCIAMENTO. IRRELEVANTE O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO BEM OU



246

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

DE OUTRAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E AUXILIARES À PERFECTIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA, A QUAL SÓ OCORRE EFETIVAMENTE COM A APROVAÇÃO DA PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. BASE DE CÁLCULO. PREJUDICADA A ANÁLISE DA ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 148 DO CTN E 9 DO DL 406/68. RECURSO ESPECIAL DE POTENZA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL PARCIALMENTE PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECONHECER A ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC PARA EXIGIR O IMPOSTO. INVERSÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. ACÓRDÃO SUBMETIDO AO PROCEDIMENTO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO 8/STJ. 1. O colendo STF já afirmou (RE 592. 905/SC) que ocorre o fato gerador da cobrança do ISS em contrato de arrendamento mercantil. O eminente Ministro EROS GRAU, relator daquele recurso, deixou claro que o fato gerador não se confunde com a venda do bem objeto do leasing financeiro, já que o núcleo do serviço prestado é o financiamento. 2. No contrato de arrendamento mercantil financeiro (Lei 6.099/74 e Resolução 2.309/96 do BACEN), uma empresa especialmente dedicada a essa atividade adquire um bem, segundo especificações do usuário/consumidor, que passa a ter a sua utilização imediata, com o pagamento de contraprestações previamente acertadas, e opção de, ao final, adquiri-lo por um valor residual também contratualmente estipulado. Essa modalidade de negócio dinamiza a fruição de bens e não implica em imobilização contábil do capital por parte do arrendatário: os bens assim adquiridos entram na contabilidade como custo operacional (art. 11 e 13 da Lei 6.099/74). Trata-se de contrato complexo, de modo que o enfrentamento da matéria obriga a identificação do local onde se perfectibiliza o financiamento, núcleo da prestação dos serviços nas operações de leasing financeiro, à luz do entendimento que restou sedimentado no Supremo Tribunal Federal. [...] 7. O contrato de leasing financeiro é um contrato complexo no qual predomina o aspecto financeiro, tal qual assentado pelo STF quando do julgamento do RE 592.905/SC, Assim, há se concluir que, tanto na vigência do DL 406/68 quanto na vigência da LC 116/03, o núcleo da operação de arrendamento mercantil, o serviço em si, que completa a relação jurídica, é a decisão sobre a concessão, a efetiva aprovação do

[Assinatura]



247

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

financiamento. 8. As grandes empresas de crédito do País estão sediadas ordinariamente em grandes centros financeiros de notável dinamismo, onde centralizam os poderes decisórios e estipulam as cláusulas contratuais e operacionais para todas suas agências e dependências. Fazem a análise do crédito e elaboram o contrato, além de providenciarem a aprovação do financiamento e a conseqüente liberação do valor financeiro para a aquisição do objeto arrendado, núcleo da operação. Pode-se afirmar que é no local onde se toma essa decisão que se realiza, se completa, que se perfectibiliza o negócio. Após a vigência da LC 116.2003, assim, é neste local que ocorre a efetiva prestação do serviço para fins de delimitação do sujeito ativo apto a exigir ISS sobre operações de arrendamento mercantil. 9. O tomador do serviço ao dirigir-se à concessionária de veículos não vai comprar o carro, mas apenas indicar à arrendadora o bem a ser adquirido e posteriormente a ele disponibilizado. Assim, a entrega de documentos, a formalização da proposta e mesmo a entrega do bem são procedimentos acessórios, preliminares, auxiliares ou consectários do serviço cujo núcleo - fato gerador do tributo - é a decisão sobre a concessão, aprovação e liberação do financiamento. [...] 12. Recurso Especial parcialmente provido para definir que: (a) incide ISSQN sobre operações de arrendamento mercantil financeiro; (b) o sujeito ativo da relação tributária, na vigência do DL 406/68, é o Município da sede do estabelecimento prestador (art. 12); (c) a partir da LC 116/03, é aquele onde o serviço é efetivamente prestado, onde a relação é perfectibilizada, assim entendido o local onde se comprove haver unidade econômica ou profissional da instituição financeira com poderes decisórios suficientes à concessão e aprovação do financiamento - núcleo da operação de leasing financeiro e fato gerador do tributo; (d) prejudicada a análise da alegada violação ao art. 148 do CTN; (e) no caso concreto, julgar procedentes os Embargos do Devedor, com a inversão dos ônus sucumbenciais, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do Município de Tubarão/SC para a cobrança do ISS. Acórdão submetido ao procedimento do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ (REsp



248

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

1.060.210/SC, S1, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 28/11/2012).

Desse modo, o crédito fazendário inscrito na dívida ativa do município apelante, constante às fls. 06, não preenche o requisito de exigibilidade previsto no art. 585 do CPC, ante a ausência de sua legitimidade ativa para a cobrança em questão, devendo ser extinto o processo executivo.

No particular, confira-se precedente deste Sodalício, consoante acórdão adiante ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). EXECUÇÃO FISCAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO VICIADA. LANÇAMENTO INIDÔNEO. ILEGITIMIDADE ATIVA. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL INVÁLIDO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO E SOLIDARIEDADE PASSIVA: INOCORRÊNCIA, NO CASO. NULIDADE DA CDA. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TJPE. APELO IMPROVIDO. 1. Na espécie, trata-se de crédito tributário constituído, ex officio, mediante lançamento por arbitramento, à luz de informações inseridas pela parte executada no Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN. 2. Com efeito, a circunstância de fato eleita para caracterizar o local da prestação de serviço - qual seja o Município a que vinculado o ato de emplacamento - é totalmente inidônea para esse fim, visto que esse liame registral, isoladamente considerado, não serve à identificação da competência para a tributação, pelo ISS, das operações de arrendamento mercantil. 3. Daí exsurge a ilegitimidade do Município de Serra Talhada para figurar como sujeito ativo do crédito tributário exequendo, eis que o local do emplacamento não guarda nenhuma correlação com o local da prestação de serviços de arrendamento mercantil, seja este o domicílio do prestador (antes da LC nº 116/03), seja este o endereço da unidade econômica ou profissional do estabelecimento concretamente responsável pela operação de leasing (conforme a orientação fixada pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.060.210/SC). 4. Ademais,



249

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

outros motivos igualmente conduzem ao reconhecimento da inviabilidade do processo executivo em foco, sobretudo em função (i) da ausência de contraditório e ampla defesa no curso do correspondente processo administrativo fiscal (formalidade indispensável, posto tratar-se de lançamento de ofício), (ii) da nulidade da CDA (haja vista o desatendimento às prescrições encartadas nos arts. 202 e 203, do CTN, e 2º, § 5º, da LEF) e (iii) da indicação indiscriminada de pessoas jurídicas diversas para figurarem como executadas, em dissonância com a iterativa jurisprudência do STJ no sentido de que "o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a solidariedade passiva em execução fiscal" (AgRg no Ag 1.415.293/RS, DJe de 21/09/2012). 5. Diante desse cenário, impende reconhecer que os vícios acima apontados vulneram o processo administrativo de constituição do crédito tributário e, por conseguinte, o próprio título extrajudicial que lastreia a ação de execução, sendo certo que a eventual substituição da CDA jamais convalidaria tais defeitos. 6. De resto, revela-se impertinente a alegação recursal concernente ao descabimento da verba sucumbencial, pois o Juízo singular não estabeleceu qualquer condenação a esse título. 7. Apelo improvido, à unanimidade dos votos (AC 264565-4, Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello, DJ 13/12/2012).

Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento** ao presente apelo, para manter a sentença em todos os seus termos, extinguindo o executivo fiscal originário, ante a falta de legitimidade ativa, tendo em vista seu manifesto confronto com a jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à comarca de origem.

Recife, 15 de abril de 2014.
Des. ANDRÉ de Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator



250

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos da apelação, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, estando a decisão combatida conforme os ditames legais e a jurisprudência deste Tribunal e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 23 de maio de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator